



Ministério da Integração Nacional - M I
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
7ª Superintendência Regional

Fls.: _____
Proc.: 59570.001069/2017-95

EDITAL Nº 17/2017-7ª/SR

TOMADA DE PREÇOS

**EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE APOIO À
FISCALIZAÇÃO E SUPERVISÃO TÉCNICA DE
CONVÊNIOS E CONTRATOS NO ÂMBITO E SOB A
GESTÃO DA 7ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA
CODEVASF.**

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

PROCESSO Nº 59570.001069/2017-95

TOMADA DE PREÇOS

EDITAL N.º 17/2017-7ª/SR

OBJETO: Execução dos serviços de apoio à fiscalização e supervisão técnica de convênios e contratos no âmbito e sob a gestão da 7ª Superintendência Regional da CODEVASF.

CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO: Somente serão admitidos a participar da presente licitação os interessados legalmente constituídos, que possuam objetivo social ou ramo de atividade (indicado no seu registro comercial, contrato social ou estatuto) pertinente e compatível com o objeto desta licitação, devidamente cadastrados (habilitação jurídica, regularidade fiscal e qualificação econômico-financeira) no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, de que trata a IN nº 02/10 - SLTI/MPOG, ou os interessados que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento da proposta, (parágrafo 2º, art. 22 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações).

LOCAL E DATA DE RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: na Sala 106 do edifício sede da 7ª Superintendência Regional da CODEVASF, localizada na Rua Taumaturgo de Azevedo, nº 2315, Bloco 02, Sala 106, Centro, Teresina – PI, às **09:00h (nove horas) do dia 20 (vinte) de novembro de 2017 (horário local).**

OBSERVAÇÃO: O Edital e seus elementos constitutivos encontram-se disponíveis nos sites www.codevasf.gov.br e www.comprasgovernamentais.gov.br. Caso as licitantes não consigam realizar o download pelos sites, o edital e seus anexos podem ser adquiridos gratuitamente em meio digital, mediante apresentação de uma mídia virgem de CD-ROM no endereço acima mencionado, nos horários das 08h00 (oito horas) às 12h00 (doze horas) e das 13h30 (treze e trinta horas) às 17h30 (dezessete e trinta horas).

As empresas que retirarem o edital através da Internet nos sites citados deverão preencher a Guia de Retirada de Edital (**ANEXO VIII**) que se encontra na última página deste documento, remetendo-a através do email: 7a.sl@codevasf.gov.br, dados estes necessários para que possamos comunicar eventuais esclarecimentos às consultas formuladas sobre o Edital.

Teresina-PI, 01 de novembro de 2017.

FÁBIO ANDRÉ FREIRE MIRANDA
Superintendente Regional
CODEVASF-7ªSR

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

ÍNDICE

01. OBJETO
02. DESCRIÇÃO GERAL DOS SERVIÇOS
03. LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS
04. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
05. INTERPRETAÇÃO E ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES
06. CONDIÇÕES DE CADASTRAMENTO (HABILITAÇÃO PARCIAL)
07. APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS
08. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS
09. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO
10. FORMA DE PAGAMENTO
11. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
12. GARANTIA DE EXECUÇÃO
13. ABERTURA DOS INVÓLUCROS
14. EXAME E JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS
15. RECURSOS ADMINISTRATIVOS
16. CONVOCAÇÃO E ASSINATURA DO CONTRATO
17. FISCALIZAÇÃO
18. OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA
19. RECEBIMENTO DEFINITIVO DAS OBRAS/SERVIÇOS
20. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
21. VALOR ESTIMADO E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
22. CONDIÇÕES GERAIS

A N E X O S

ANEXO I	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS
ANEXO II	PLANILHA DE ORÇAMENTAÇÃO DOS SERVIÇOS
ANEXO III	TERMO DA PROPOSTA
ANEXO IV	MODELOS DE DECLARAÇÕES
ANEXO V	MINUTA DO CONTRATO
ANEXO VI	MODELOS DE QUADROS
ANEXO VII	RELAÇÃO DE MUNICÍPIOS
ANEXO VIII	GUIA DE RETIRADA DE EDITAL

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

PROCESSO Nº 59570.001069/2017-95

TOMADA DE PREÇOS

EDITAL N.º 17/2017-7ª/SR

A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA – CODEVASF, por sua 7ª Superintendência Regional, torna público para conhecimento dos interessados que, nas datas, horários e local abaixo indicado, fará realizar licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS, do tipo MENOR PREÇO, de acordo com as condições deste Edital e seus Anexos.

A presente licitação, na modalidade de TOMADA DE PREÇOS, do tipo Menor Preço, sob o regime de empreitada por preço unitário (Art. 6, inciso VIII, alínea b, c/c art. 45, § 1º inciso I), reger-se-á pela Lei n.º 8.666/1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, e suas alterações posteriores, e Lei Complementar nº 123/2006 e Lei nº 11.488/2007 e a Instrução Normativa n.º 02/2010 - SLTI/MPOG.

LOCAL E DATA DE RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: na Sala 106 do edifício sede da 7ª Superintendência Regional da CODEVASF, localizada na Rua Taumaturgo de Azevedo, nº 2315, Bloco 02, Sala 106, Centro, Teresina – PI, às **09:00h (nove horas) do dia 20 (vinte) de novembro de 2017 (horário local).**

São ANEXOS deste Edital:

ANEXO I – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

ANEXO II - PLANILHA DE ORÇAMENTAÇÃO DOS SERVIÇOS

ANEXO III – TERMO DA PROPOSTA

ANEXO IV - MODELOS DE DECLARAÇÕES

ANEXO V – MINUTA DO CONTRATO

ANEXO VI- MODELO DE QUADROS

ANEXO VII – RELAÇÃO DE MUNICÍPIOS

ANEXO VIII - GUIA DE RETIRADA DE EDITAL

1. OBJETO

- 1.1. Execução dos serviços de apoio à fiscalização e supervisão técnica de convênios e contratos no âmbito e sob a gestão da 7ª Superintendência Regional da CODEVASF.

2. DESCRIÇÃO GERAL DAS OBRAS/SERVIÇOS

- 2.1. Os serviços objeto deste Edital são os constantes das Especificações Técnicas – Anexo I e Planilha de Orçamento dos Serviços - Anexo II deste Edital, e constarão de:

2.1.1. Apoiar o Acompanhamento das Obras, que compreende:

- 2.1.1.1. Verificação das execuções dos serviços em relação às especificações técnicas e projetos conveniados/contratados pela CODEVASF;
- 2.1.1.2. Verificação da execução dos serviços em relação ao cronograma físico-financeiro;
- 2.1.1.3. Verificar a aplicação das normas de segurança do trabalho na execução dos serviços;
- 2.1.1.4. Verificação da qualidade dos materiais e equipamentos utilizados e serviços executados;
- 2.1.1.5. Apoio na Supervisão Técnica para aprovação dos serviços pela CODEVASF;

2.1.2. Retificações e Complementações do Projeto Básico:

- 2.1.2.1. Apoiar no acompanhamento da elaboração dos desenhos de retificações e complementações do projeto, bem como do relatório final através dos desenhos “as built”, quando solicitado pela Codevasf.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

2.1.3. Apoiar no Acompanhamento da elaboração dos Detalhamentos Construtivos:

- 2.1.3.1. Apoiar o acompanhamento da elaboração dos Detalhamentos Construtivos pelas Construtoras para atender as necessidades do projeto básico, quando solicitado pela Codevasf. Nestes detalhamentos devem constar as ART dos profissionais que os elaboraram.

2.1.4. Verificação dos Serviços:

- 2.1.4.1. Verificar serviços topográficos junto ao topógrafo da Construtora ou verificação do serviço, quando julgado necessário, com topógrafo próprio.
- 2.1.4.2. Verificar os serviços geotécnicos junto ao técnico laboratorista de solos da Construtora.
- 2.1.4.3. Verificar os serviços de concretagem junto ao técnico de concreto da Construtora.
- 2.1.4.4. Verificar as dimensões, cotas e detalhes estabelecidos no projeto básico ou executivo.
- 2.1.4.5. Verificar os serviços de automação junto ao técnico em eletrônica da Construtora.
- 2.1.4.6. Verificar o acabamento final da obra.

2.1.5. Relatórios:

- 2.1.5.1. Emitir relatórios mensais com fotografias e/ou filmagens do andamento dos empreendimentos, no modelo fornecido pela Codevasf e com pontos georreferenciados.
- 2.1.5.2. Elaborar os Relatórios Mensais Finais com os desenhos “as built”, quando solicitados pela Codevasf.

2.1.6. Pré-operação do Sistema:

- 2.1.6.1. Apoiar a Codevasf no acompanhamento da execução de Testes de Funcionamento dos Equipamentos e Instrumentos;
- 2.1.6.2. Apoiar a Codevasf na fiscalização da Pré-Operação do Sistema.

- 2.2. Os itens listados no subitem 2.1 devem ser entendidos como fazendo parte de um escopo mínimo e não devem limitar o objetivo a ser alcançado.

3. LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 3.1. Os serviços, objeto destes Edital serão executados na Bacia do Rio Parnaíba, em Municípios nos Estados do Piauí e Ceará, além de ações remanescentes no Estado do Maranhão, os quais se encontram listados e agrupados por áreas na Relação de Municípios - Anexo VII.

4. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 4.1. Somente serão admitidos a participar da presente licitação os interessados legalmente constituídos, que possuam objetivo social ou ramo de atividade (indicado no seu registro comercial, contrato social ou estatuto) pertinente e compatível com o objeto desta licitação, devidamente cadastrados (habilitação jurídica, regularidade fiscal e qualificação econômico-financeira) no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, de que trata a IN nº 02/2010 - SLTI/MPOG, ou os interessados que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento da proposta, (parágrafo 2º, art. 22 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações).
- 4.1.1. Não será permitida a subcontratação dos serviços, a exceção de serviços específicos como análise laboratorial, levantamentos topográficos, serviços de impressão e editoração e outros, assumindo a contratada toda a responsabilidade pela execução e qualidade desses serviços, com anuência prévia da CODEVASF.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

- 4.1.2.** As microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas, poderão participar desta licitação em condições diferenciadas, na forma prescrita na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, devendo apresentar declaração comprobatória, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos estabelecidos em seu art. 3.º, e que está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da referida Lei Complementar.
- 4.2.** O licitante deverá apresentar a Declaração de Elaboração Independente de Proposta no momento da abertura da sessão pública, conforme modelo constante no ANEXO IV.d deste Edital.
- 4.3.** As propostas serão aceitas somente para todos os itens do escopo dos serviços constantes das Planilhas de Orçamentação dos Serviços – Anexo II deste Edital.
- 4.4.** O atestado de visita não será exigido. A proponente, ao apresentar sua proposta, declara conhecer o local dos serviços e possuir a avaliação das possíveis dificuldades futuras. Será de sua responsabilidade a verificação, "in loco", das dificuldades e dimensionamento dos dados não fornecidos pela CODEVASF. Esse aspecto não poderá ser avocado, no desenrolar dos trabalhos, como motivo para alteração do contrato a ser estabelecido. Entende-se que os custos propostos cobrirão quaisquer dificuldades decorrentes da localização dos serviços.
- 4.5.** Não será permitida a participação de empresas:
- a) Em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;
 - b) Em processo de recuperação judicial ou em processo de falência, exceto se o plano de recuperação tenha sido homologado pelo juiz competente, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
 - c) Que estejam com o direito de licitar e contratar suspenso com a CODEVASF ou que tenham sido declaradas inidôneas por órgão ou entidade da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal;
 - d) Cujos empregados, diretores, responsáveis técnicos ou sócios figurem como funcionários, empregados ou ocupantes de função gratificada na CODEVASF;
 - e) Estrangeiras que não estejam autorizadas a operar no País;
 - f) Que possuam familiar de agente público que exerça cargo em comissão ou função de confiança na Codevasf;
 - f.1) Será considerado familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau;
- 4.6.** Cada licitante apresentar-se-á com apenas um representante que, devidamente munido de documento hábil, será o único a intervir nas fases do procedimento licitatório, respondendo assim, para todos os efeitos, por sua representada, devendo, ainda, no ato da entrega dos envelopes, identificar-se, exibindo a carteira de identidade.
- 4.6.1.** Por documento hábil, entende-se:
- a) Habilitação do representante mediante procuração pública ou particular para participar de licitação, acompanhada de cópia do ato de investidura do outorgante, no qual declare expressamente, ter poderes para a devida outorga;
 - b) Caso seja titular da empresa, apresentar documento que comprove sua capacidade para representá-la.
- 4.6.2.** A não apresentação do documento de credenciamento não inabilita a licitante, mas impedirá o representante de se manifestar, impugnar e responder pela mesma.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

- 4.6.3. O credenciado ou procurador não poderá representar mais de uma licitante, ficando expresso e ajustado que a inobservância desta exigência implicará a desclassificação automática das respectivas propostas.
- 4.6.4. A CODEVASF poderá receber documentação de empresas que tenham seu estatuto social alterado, desde que mantida a finalidade da mesma, compatível com esta licitação, resultante de fusão, cisão ou incorporação de empresas.
- 4.7. A participação na licitação implica a aceitação integral do ato convocatório, bem como a observância dos regulamentos e normas administrativas e técnicas aplicáveis.

5. INTERPRETAÇÃO E ESCLARECIMENTOS

- 5.1. As licitantes deverão estudar minuciosa e cuidadosamente a documentação, informando-se de todas as circunstâncias e detalhes que possam, de algum modo, afetar a execução dos serviços, seus custos e prazos de execução.
- 5.2. Quaisquer dúvidas de caráter técnico, formal ou legal na interpretação deste Edital e seus anexos serão dirimidas pela Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL, no endereço indicado no preâmbulo deste Edital, através do e-mail: 7a.sl@codevasf.gov.br, ouvida a 7ª/GRD e Assessoria Jurídica, no que couber, respeitado o prazo disposto no subitem 5.3 a seguir.
- 5.3. **Os pedidos de esclarecimentos sobre quaisquer elementos somente serão atendidos quando solicitados por escrito até o terceiro dia anterior à data estabelecida para o recebimento dos invólucros documentação e proposta. As consultas formuladas fora deste prazo serão consideradas como não recebidas.**
- 5.4. Analisando as consultas, a CODEVASF deverá esclarecê-las e, acatando-as, alterar ou adequar os elementos constantes do Edital e seus anexos, comunicando sua decisão, também por escrito, às demais licitantes.
- 5.5. A apresentação da proposta tornará evidente que a licitante examinou minuciosamente toda a documentação deste Edital e seus anexos e que a considerou correta. Evidenciará, também, que a licitante obteve da CODEVASF, satisfatoriamente, todas as informações e esclarecimentos solicitados, tudo resultando suficiente para a elaboração da proposta, da proposta apresentada, logo implicando aceitação plena de suas condições, conforme o disposto no subitem 4.7 deste Edital

5.6. IMPUGNAÇÃO

- 5.6.1. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei 8.666/93, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113 da Lei 8.666/93.
- 5.6.2. Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

6. CONDIÇÕES DE CADASTRAMENTO (HABILITAÇÃO PARCIAL)

- 6.1. A **HABILITAÇÃO PRÉVIA** para a participação nesta Tomada de Preços compreende o **cadastramento no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, IN nº 02/2010 - SLTI/MPOG OU a comprovação de que atende as condições exigidas para o cadastramento junto a CODEVASF**, realizado até o terceiro dia anterior à data marcada para a abertura dos envelopes Documentação e Proposta de Preços.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

6.1.1. A CODEVASF não é unidade cadastradora do SICAF, apenas consultora.

6.2. A licitante poderá providenciar o seu cadastramento SICAF apresentando a documentação estabelecida no Capítulo II da IN nº 02/2010 - SLTI/MPOG, em qualquer unidade de cadastramento dos órgãos/entidades que integram o Sistema de Serviços Gerais – SIASG, localizados nas Unidades da Federação ou comprovar que atende as condições exigidas para o cadastramento junto a CODEVASF, apresentando a documentação relacionada nos subitens **6.2.1.1, 6.2.1.2. e 6.2.1.3.** deste Edital, no endereço indicado no preâmbulo deste Edital, Sala 106, das 08h00 (oito horas) às 12h00 (doze horas) e das 13h30 (treze e trinta horas) às 17h30 (dezessete e trinta horas), de segunda a sexta-feira.

6.2.1. **A COMPROVAÇÃO DE QUE ATENDE AS CONDIÇÕES EXIGIDAS PARA O CADASTRAMENTO JUNTO A CODEVASF** somente será realizado para as licitantes não cadastradas no SICAF e será aceito até as **17h30** do terceiro dia anterior à data do recebimento da proposta, quando se demonstrará, de forma inequívoca, por meio dos documentos exigidos, que preenchem os requisitos relativos à sua habilitação jurídica, regularidade fiscal e qualificação econômico-financeira, devendo ser entregues, de preferência, numerados sequencialmente e na ordem a seguir, a fim de permitir maior rapidez durante a conferência e exame correspondente, conforme se segue:

6.2.1.1. DOCUMENTOS RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato do registro de autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- e) Declaração da inexistência de fato superveniente à expedição do SICAF que impeça a sua habilitação, prevista no § 2º do Art. 32 da Lei nº 8.666/93; de que não foi declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Pública e de que não está impedida de licitar ou contratar com a Administração, bem como de que cumpre o disposto no inciso XXXIII, do Art. 7º da Constituição Federal, conforme modelo constante do Anexo IV.a.
- f) No caso de ME, EPP ou sociedade cooperativa, a mesma deverá apresentar declaração, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, com base no que preceitua o art. 11º do Decreto nº 6.204/2007.
- g) Declaração comprobatória de que cumpre os requisitos legais para qualificação como cooperativa através de certidão emitida pelo Cartório de Registro Civil de Títulos e Documentos correspondente.

g.1) A cooperativa deverá comprovar que o seu objetivo social, constante em seu estatuto, se mostra compatível com o objeto do certame como cooperativa.

6.2.1.2. DOCUMENTOS RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ;

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal ou estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente a seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade para com as Fazendas Federal/Certidão Quanto à Dívida Ativa da União, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente na forma da lei, com validade em vigor;
- d) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, demonstrando o cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, mediante Certidão Negativa de Débitos com a Previdência Social - (CND), com validade em vigor;
- e) Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS emitida pela Caixa Econômica Federal, com validade em vigor.
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhista – CNDT, emitida pelo Banco Nacional de Devedores Trabalhista – BNDT, com prazo de validade em vigor.
- f.1) Nos termos da orientação emitida pelo MPOG/SLTI, a validade da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT a que se refere à Lei nº 12.440/2011, com base no inciso XIII, do art. 55 da Lei nº 8.666, de 1993, está condicionada àquela disponível para emissão no sítio www.tst.jus.br/certidao na FASE DE HABILITAÇÃO, que revela a atual situação da licitante, ou seja, caso haja mais de um documento válido, isto é, dentro do prazo de cento e oitenta dias, prevalecerá à certidão mais recente sobre a mais antiga.
- 6.2.1.2.1. Em se tratando das microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas, à comprovação de regularidade fiscal, aplica-se o disposto nos subitens 15.2.6, 15.2.6.1 e 15.2.6.2. deste Edital.
- 6.2.1.3. **DOCUMENTOS RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**
- a) Registro do capital social mínimo, até a data de apresentação das propostas, no valor de R\$ 73.221,66 (setenta e três mil, duzentos e vinte e um reais e sessenta e seis centavos).
- b) Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou execução patrimonial expedida pelo domicílio de pessoa física.
- c) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do ÍNDICE GERAL DE PREÇOS – DISPONIBILIDADE INTERNA - IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV ou de outro indicador que o venha substituir.
- c.1) Observações: serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:
- c.1.1) sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima):
- Publicados em Diário Oficial; ou
 - Publicados em jornal de grande circulação; ou,
 - Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.
- c.1.2) sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

- Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; ou
 - Fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;
- c.1.3) sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006 - estatuto das microempresas e das Empresas de Pequeno Porte “SIMPLES”:
- Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; ou
 - Fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;
- c.1.4) sociedade criada no exercício em curso:
- Fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;
- c.2) O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinadas por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.
- c.3) A qualificação econômico-financeira das licitantes será confirmada por meio de consulta “*on line*” ao SICAF – Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores. Caso a licitante não esteja cadastrada no SICAF, adotar-se-ão os critérios descritos a seguir:

LG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

SG = Ativo Total

Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

LC = Ativo Circulante

Passivo Circulante

Onde:

LG - Liquidez Geral

SG - Solvência Geral

LC - Liquidez Corrente

- c.3.1) Serão consideradas habilitadas as empresas que apresentarem resultado igual ou maior que 01(um) em todos os índices referidos na alínea “c.3” deste subitem.
- c.3.2) As fórmulas deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntado ao balanço. Caso o memorial não seja apresentado, a Comissão reserva-se o direito de efetuar os cálculos.
- 6.2.2. Os documentos deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, por servidor da 7ª Secretaria Regional de Licitações – 7ªSL ou por membro da Comissão Técnica de Julgamento, ou ainda publicação em órgão da imprensa oficial.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

Em se tratando de documentos emitidos via Internet, sua veracidade será confirmada através de consulta realizada nos *sites* correspondentes.

- 6.2.2.1. Serão aceitas somente cópias legíveis;
- 6.2.2.2. Não serão aceitos documentos cujas datas estejam rasuradas;
- 6.2.2.3. A Comissão Técnica de Julgamento reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que julgar necessário.
- 6.2.2.4. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.202-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e/ou cópias autenticadas em papel.
- 6.2.3. A validade das certidões referidas nas alíneas “c” a “f” do subitem 6.2.1.2, e na alínea “b” do subitem 6.2.1.3 corresponderá ao prazo fixado nos próprios documentos. Caso as mesmas não contenham expressamente o prazo de validade, a Comissão Especial de Licitações convencionou o prazo como sendo de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua expedição, ressalvada a hipótese da licitante comprovar que o documento tem prazo de validade superior ao antes convencionado, mediante juntada de norma legal pertinente.
- 6.2.4. Para efeito de cadastramento, deverá ser observada e respeitada as condições estabelecidas nos subitens 7.2.1.3. e 7.2.1.4. deste Edital.**
- 6.3. A Comissão Técnica de Licitação apreciará a documentação de cadastramento entregue e efetuará sua juntada aos autos.
- 6.4. A Comissão Técnica de Licitação, verificando a conformidade da documentação de cadastramento entregue nos termos deste Edital, emitirá **DECLARAÇÃO** de que o interessado cumpriu as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data de recebimento das propostas, entregando-a ao interessado, mediante recibo.
- 6.5. No caso da documentação estiver incompleta ou em desconformidade com o previsto na legislação aplicável, a unidade CODEVASF indeferirá o pedido, comunicando os motivos ao licitante de forma expressa, por meio de correspondência, preferencialmente eletrônica, ou via postal com aviso de recebimento (AR) ou publicada no Diário Oficial da União, conforme o art. 23 da IN nº 02/2010 - SLTI/MPOG.
- 6.5.1. Nos termos da parte final do § 2º c/c § 9º do art. 22 da Lei nº 8.666/93, a declaração de que trata o subitem acima terá efeitos apenas como documento de habilitação parcial na presente licitação (Tomada de Preços nº 17/2017-7ª/SR), **não possuindo caráter de Certificado de Registro Cadastral.**
- 7. APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS**
- 7.1. As licitantes deverão fazer entrega, no dia, hora e local mencionados no “preâmbulo” deste Edital, de 02 (dois) invólucros, **fechados e numerados**, contendo:
 - **Invólucro n.º 01 – “Documentação”**
 - **Invólucro n.º 02 – “Proposta Financeira”**
- 7.1.1. Serão aceitas propostas encaminhadas por via postal, desde que sejam recebidas pela CODEVASF no endereço indicado no preâmbulo deste Edital até o dia e hora estabelecidos para recebimento e abertura da documentação e propostas, não se admitindo sua apresentação via fax ou correio eletrônico (e-mail), ou ainda sua entrega em outro local.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

- 7.1.2. As propostas entregues após o horário estabelecido no preâmbulo deste Edital serão consideradas como não recebidas, sendo de inteira responsabilidade da licitante a entrega tempestiva da documentação e propostas enviadas por via postal.
- 7.1.3. A proposta, toda a correspondência e documentos trocados entre a licitante e a Codevasf serão escritos em português, e os preços deverão ser cotados em reais.
- 7.1.4. Na parte externa dos respectivos invólucros deverão constar as inscrições "**Documentação**" e "**Proposta Financeira**", o nome e endereço completo da licitante, o número e a indicação do presente Edital.
- 7.1.5. A "**Documentação**", no que couber, e a "**Proposta Financeira**" deverão estar impressas por processo eletrônico em papel timbrado da empresa, em língua portuguesa, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente, com clareza, sem emendas, entrelinhas, rasuras ou borrões que dificultem o entendimento, e terão de estar numeradas e rubricadas em todas as suas folhas e assinada na última pelo representante legal da empresa.
- 7.1.5.1. A comprovação de outorga de poderes para representação da empresa referida no subitem 4.6.1 deste Edital deverá se fazer pela apresentação de cópia do ato de sua investidura.
- 7.1.6. A proposta financeira deverá contemplar todas os itens das Planilhas de Orçamento de Serviços, Anexo II, para os serviços objeto deste Edital, observando todas as descrições, características técnicas e demais recomendações constantes nas Especificações Técnicas - Anexo I. Caso contrário não será aceita, ensejando, consequentemente, a sua desclassificação.
- 7.2. **DOCUMENTAÇÃO - INVÓLUCRO N.º 1**
- 7.2.1. Em invólucro fechado, que receberá a denominação de "Invólucro nº 1" (um), será apresentada a "Documentação", **devidamente encadernados ou grampeados**.
- 7.2.1.1. A fim de permitir celeridade na conferência e exame correspondentes, os licitantes deverão apresentar, no início de cada volume, um índice relacionando todos os documentos nele contidos, de preferência, sequencialmente e na ordem disposta neste Edital.
- 7.2.1.2. Toda a documentação do volume "ORIGINAL" deverá ser apresentada no original ou em cópia autenticada, conforme subitem 6.2.2. não sendo necessária a autenticação do volume "2ª VIA".
- 7.2.1.3. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ e endereço respectivo.
- 7.2.1.4. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz ou se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial. Serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 7.2.1.5. **Os documentos deverão ser apresentados nos termos dos subitens 6.2.2, 6.2.2.1, 6.2.2.2., 6.2.2.3. e 6.2.2.4 deste Edital.**
- 7.2.2. A **Documentação – invólucro n.º 1**, constitui-se de:
- 7.2.2.1. Cópia do **CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL – CRC**, na especialidade pertinente, emitido pelo Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG ou **DECLARAÇÃO** original firmada pelo presidente da Comissão Técnica de Julgamento de que o interessado cumpriu as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data de recebimento da documentação e proposta.
- 7.2.2.1.1. A licitante inscrita no SICAF ou junto a CODEVASF, cuja documentação relativa à **regularidade fiscal e trabalhista** e à **qualificação econômico-financeira** esteja com prazo de validade vencido no sistema, será facultada a apresentação deste com prazo de validade em vigor,

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

devendo este integrar a documentação requerida para o **INVÓLUCRO n.º 1 – DOCUMENTAÇÃO**.

7.2.2.2. Declaração da inexistência de fato superveniente à expedição do SICAF que impeça a sua habilitação, prevista no § 2º do Art. 32 da Lei nº 8.666/93, de que não foi declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Pública, e que não está impedida de licitar ou contratar com a CODEVASF, bem como de que cumpre o disposto no inciso XXXIII, do Art. 7º da Constituição Federal (ANEXO IV-A).

7.2.2.3. Em se tratando das microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas, declaração, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar n.º 123/2006, com base no que preceitua o art. 11º do Decreto n.º 6.204/2007, ou ainda a certidão de que trata o art. 8º da IN 103, do Departamento Nacional do Registro do Comércio – DNRC.

7.2.2.4. **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

- a) Inscrição ou registro da licitante e dos seus responsáveis técnicos, junto ao CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia competente da região a que estiver vinculada a licitante, que comprove atividade relacionada com o objeto;
- b) Declaração, sob as penalidade da lei, que visitou os locais onde serão executados os serviços/obras e de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com a CODEVASF, a qual deverá ser assinada responsável técnico ou representante legal (ANEXO IV.c).
- c) Certidão(ões) ou atestado(s) de capacidade técnica, em nome da empresa, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, acompanhado(a) da respectiva certidão do CREA, comprovando ter a empresa executado serviços similares de porte e complexidade ao objeto desta licitação, observando os serviços de maior relevância técnica a seguir relacionados, com quantitativos iguais ou superiores, em um ou mais atestados:

ITEM	SERVIÇO
1.0	Elaboração de Projetos de Sistema de Abastecimento de Água – 2 (dois) projetos.
2.0	Elaboração de Projetos de Pavimentação – 2 (dois) projetos.
3.0	Elaboração de Projetos de Edificações – 2 (dois) projetos.
4.0	Elaboração de Projetos de Barragens – 2 (dois) projetos.
5.0	Acompanhamento / Fiscalização ou execução de obras de Sistema de Abastecimento de Água – 2 (duas) obras.
6.0	Acompanhamento / Fiscalização ou execução de obras de Pavimentação – 2 (duas) obras.
7.0	Acompanhamento / Fiscalização ou execução de Edificações – 2 (duas) obras.
8.0	Acompanhamento / Fiscalização ou execução de Barragens – 2 (duas) obras.

c.1) Definem-se como serviços de porte e complexidade equivalentes àqueles que apresentam grandezas e características técnicas semelhantes às descritas neste Edital e suas Especificações Técnicas (Anexo I).

c.2) Definem-se como serviços similares: elaboração de projetos, execução de obras ou fiscalização de obras construtivamente afins às de: abastecimento de água; perfuração e instalação de poços; esgotamento sanitário; recuperação e construção de estradas vicinais; pavimentação asfáltica de rodovias; pavimentação de vias em pedra

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

poliédrica ou paralelepípedo, construção e recuperação de barragens, passagens molhadas, bueiros, pontes e pontilhões; construção e reforma de edificações em geral; implantação de Redes de Distribuição Elétrica Rural – RDR em alta e baixa tensão, com ou sem subestações; implantação de projetos produtivos incluindo preparo e manejo de solos, irrigação, drenagem, plantio e replantio; construção/ reforma/ ampliação de agroindústrias e unidades de processamento de alimentos; aquisição, conferência de máquinas, equipamentos e implementos agropecuários; construção/ reforma/ adequação de criatórios de animais em geral (bovinocultura, piscicultura, ovinocaprinocultura, avicultura, etc.).

- c.3) Deverá(ão) constar do(s) atestado(s) ou da(s) certidão(ões) expedida(s) pelo CREA, em destaque, os seguintes dados: local de execução, nome do contratante e da pessoa jurídica contratada, nome(s) do(s) responsável(is) técnico(s), seu(s) título(s) profissional(is) e número(s) de registro(s) no CREA; descrição técnicas sucinta indicando os serviços e quantitativos executados e o prazo final de execução.
- c.4) A totalidade dos quantitativos exigidos neste Edital poderá ser comprovada pela licitante através do somatório dos quantitativos executados em contratos de obras similares ao objeto desta licitação.
- d) Comprovação de que a licitante possui em seu quadro permanente, na data de apresentação da proposta, 01 (um) engenheiro civil habilitado e devidamente registrado no CREA, detentor de Certidão de Acervo Técnico pela execução de serviços de características de porte e complexidade similares ao objeto desta licitação, com quantitativos iguais ou superiores aos a seguir descritos:

ITEM	SERVIÇO
1.0	Elaboração de Projetos de Sistema de Abastecimento de Água – 1 (um) projeto.
2.0	Elaboração de Projetos de Pavimentação – 1 (um) projeto.
3.0	Elaboração de Projetos de Edificações – 1 (um) projeto.
4.0	Elaboração de Projetos de Barragens – 1 (um) projeto.
5.0	Acompanhamento / Fiscalização ou execução de obras de Sistema de Abastecimento de Água – 1 (uma) obra.
6.0	Acompanhamento / Fiscalização ou execução de obras de Pavimentação – 1 (uma) obra.
7.0	Acompanhamento / Fiscalização ou execução de Edificações – 1 (uma) obra.
8.0	Acompanhamento / Fiscalização ou execução de Barragens – 1 (uma) obra.

- e) Comprovação de que a licitante possui em seu quadro permanente, na data de apresentação da proposta, 01 (um) engenheiro agrônomo habilitado e devidamente registrado no CREA, detentor de Certidão de Acervo Técnico pela execução de serviços de características de porte e complexidade similares ao objeto desta licitação, com quantitativos iguais ou superiores aos a seguir descritos:

ITEM	SERVIÇO
1.0	Elaboração de Projetos de engenharia agrônoma que concernem a formação específica do engenheiro agrônomo, contemplando uma ou mais atividades relacionadas, sendo elas: solos, irrigação, fruticultura, olericultura, instalações agrícolas, maquinário agrícola, criações. – 2 (dois) projetos.
2.0	Acompanhamento/ Fiscalização ou Execução de projetos de engenharia agrônoma que concernem a formação específica do engenheiro agrônomo, contemplando uma ou mais atividades relacionadas, sendo elas: solos, irrigação, fruticultura,

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

	olericultura, instalações agrícolas, maquinário agrícola, criações. – 2 (dois) projetos.
--	------------------------------------------------------------------------------------------

- 7.2.2.5. Entende-se, para fins deste Edital, como pertencente ao quadro permanente:
- O empregado;
 - O sócio;
 - O detentor de contrato de prestação de serviço;
- 7.2.2.6. A licitante deverá comprovar através da juntada de cópia de: "ficha ou livro de registro de empregado" ou carteira de trabalho do profissional, que comprove a condição de pertencente ao quadro da licitante, do contrato social, que demonstre a condição de sócio do profissional, ou, ainda, do contrato de prestação de serviço.
- 7.2.2.7. Quando se tratar de dirigente ou sócio da licitante tal comprovação será através do ato constitutivo da mesma.
- 7.2.2.8. A licitante deverá comprovar, através da juntada de cópia da "ficha ou livro de registro de empregado" ou através de cópia do contrato social, que um dos detentores do acervo técnico de que trata as alíneas "c" a "e", além de pertencer ao seu quadro de pessoal permanente na condição de empregado ou de sócio, está indicado para coordenar os serviços objeto destes Edital.
- 7.2.2.9. No que concerne aos itens das alíneas "c" a "e"; a apresentação de atestados de "Elaboração de Projetos" desobriga a licitante à apresentar atestados de "Acompanhamento / Fiscalização ou execução" para o mesmo tipo de empreendimento. No caso de apresentação dos dois tipos de atestados mencionados, deve ser apresentado um quantitativo mínimo de 50% estabelecido para cada item.
- 7.2.2.10. No caso de duas ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional como responsável técnico, como comprovação de qualificação técnica, ambas serão inabilitadas, não cabendo qualquer alegação ou recurso.
- 7.3. **PROPOSTA FINANCEIRA - INVÓLUCRO N.º 2**
- 7.3.1. Em invólucro fechado, que receberá a denominação de "Invólucro nº 02 (dois)", será apresentada a "Proposta Financeira", em 02 (duas) vias distintas, de igual teor, em volumes separados, devidamente encadernados ou grampeados, devendo ser evidenciado na respectiva capa de cada volume as inscrições: "ORIGINAL" e "2ª VIA".
- 7.3.1.1. A Proposta Financeira deverá ser firme e precisa, limitada rigorosamente ao objeto desta licitação, sem conter alternativas, e contemplar todos os impostos e taxas, emolumentos e tributos, leis, encargos sociais, lucro, despesas indiretas, encargos sociais e previdenciários, BDI, mão de obra, fornecimento de materiais, ferramentas e equipamentos necessários à sua execução, transporte até o local da obra, carga, transporte e descarga de materiais destinados ao bota-fora. No caso de omissão das referidas despesas, considerar-se-ão inclusas no valor global apresentado.
- 7.3.1.2. Caso haja divergência entre os valores em algarismo e extenso, será considerado o valor por extenso, bem como, no caso de divergência entre os valores unitário e global será considerado o valor unitário.
- 7.3.2. A **Proposta Financeira – invólucro n.º 2**, constitui-se dos seguintes documentos:
- a) O Termo de Proposta – Anexo III, deverá constituir-se no primeiro documento da Proposta Financeira e conter o valor global, incluindo BDI, encargos sociais, taxas, impostos e

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

emolumentos para a execução dos serviços objeto desta licitação, embasado pela Planilha de Orçamentação dos Serviços – Anexo II.

- b) Nome e endereço completo da licitante, número de telefone, fax, C.N.P.J e qualificação (nome, estado civil, profissão, CPF, identidade e endereço) do dirigente ou representante legal, este mediante instrumento de procuração, que assinará o contrato no caso da licitante ser a vencedora;
- c) Planilha Orçamentária do Serviço de Apoio à Fiscalização devidamente preenchida – com os mesmos quantitativos apresentados pela CODEVASF – com clareza e sem rasuras, conforme modelo constante do Anexo II.
- d) A licitante deverá apresentar o detalhamento dos Encargos Sociais limitado ao valor máximo de 75,68% e o detalhamento das despesas fiscais.

d1) Discriminação das despesas fiscais, tais como, ISS, PIS, COFINS, deverá ser conforme legislação em vigor (isoladamente, em formulário próprio).

d2) Não poderão ser considerados no detalhamento das despesas fiscais, bem como na Planilha de Preços da Licitante, os tributos Imposto de Renda Jurídica – IRPJ e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL, conforme recomendação do Tribunal de Contas da União.

- e) A licitante deverá apresentar o detalhamento do Custo de Administração e Remuneração da Empresa, com o lucro limitado ao valor máximo de 9%.
- f) Cronograma Físico-Financeiro dos itens principais da planilha orçamentária constante na descrição geral dos serviços, obedecendo às atividades e prazos, com quantitativos previstos mês a mês, observando o prazo estabelecido para a execução dos serviços.
- g) Deverão ser preenchidos, ainda, os quadros indicados a seguir, constantes do Anexo VI – Modelo de Quadros, a saber:
 - PO-XIV - Detalhamento dos Encargos Sociais;
 - Planilha Orçamentária do Serviço de Apoio à Fiscalização.
 - Planilha de Custo de Administração e Remuneração da Empresa.
 - Detalhamento das despesas fiscais.

7.3.2.1. A Proposta Financeira deverá ser datada e assinada pelo representante legal da licitante, com o valor global evidenciado em separado na 1ª folha da proposta, em algarismo e por extenso, baseado nos quantitativos dos serviços descritos na Planilha de Orçamentação de Serviços – CODEVASF, nela incluídos os impostos e taxas, encargos sociais e previdenciários, salários dos profissionais, taxa de remuneração e transportes até o local das obras e todos os itens necessários à perfeita execução dos serviços, conforme especificados. No caso de omissão das referidas despesas, considerar-se-ão inclusas no valor global apresentado.

7.3.2.2. Os preços unitários constantes na Planilha de Orçamento dos Serviços deverão incluir os salários dos profissionais (previstos no piso da categoria, constantes em leis específicas, convenção ou acordo coletivo de trabalho), todos os encargos sociais, fornecimento de equipamentos, despesas de deslocamento e todos os itens necessários para a perfeita execução dos serviços, conforme especificados.

7.3.2.3. O prazo de validade das propostas será de 60 (sessenta) dias contado a partir da data estabelecida para a entrega das mesmas, sujeito à revalidação por idêntico período.

8. PRAZO DE EXECUÇÃO DAS OBRAS/SERVIÇOS

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

- 8.1. O prazo para execução dos serviços objeto do presente Edital será de **05 (cinco) meses**, contado a partir da data de assinatura do contrato.

9. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

- 9.1. A Contratada terá direito ao reequilíbrio econômico-financeiro, durante o período de vigência contratado, a fim de manter as condições efetivas da proposta, a fim de restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do serviço, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, nos termos do art. 37, XXI da CF/1988 c/c art. 65, II, “d” da Lei nº 8.666/93.

10. FORMA DE PAGAMENTO

- 10.1. A CODEVASF pagará à licitante vencedora, os preços integrantes da proposta aprovada e, caso aplicável, a incidência de reajustamento e atualização financeira. O preço global inclui todos os custos diretos e indiretos para a execução dos serviços, de acordo com as condições previstas no Edital, constituindo-se, na única remuneração pelos trabalhos contratados e executados.

- 10.1.1 Os engenheiros de Apoio à fiscalização serão pagos conforme o quantitativo mobilizado, à critério da CODEVASF.

- 10.1.2 O pagamento dos serviços será efetuado mediante faturamento mensal, sujeito às seguintes condições gerais:

- a) Aprovação dos relatórios e documentos que deram origem ao faturamento, de acordo com o programa de trabalho e cronograma físico;
- b) O fiscal do contrato, após a aprovação dos relatórios/documentos, autorizará à consultora emitir os respectivos documentos de cobrança;
- c) A Fiscalização exigirá para comprovação dos pagamentos dos salários dos engenheiros e administrativo, os comprovantes de depósito dos salários em conta bancária de cada um, não sendo aceitos recibos. Para comprovação dos itens referentes a hospedagem e alimentação dos engenheiros de apoio e coordenador serão aceitos recibos em papel timbrado, assinados por cada engenheiro, contendo as datas de saída e chegada em cada Município visitado;
- d) As faturas exigirão o acompanhamento de documentação que justifique cada serviço faturado, com a indicação do número da Nota de Empenho que lhe dá cobertura
- e) O prazo máximo de 30 (trinta) dias é estimado para a efetivação dos pagamentos, contados a partir da data de Atesto da Nota Fiscal pela fiscalização do contrato;
- f) As faturas mensais só serão liberadas para pagamento após aprovadas pela área gestora;
- g) Qualquer erro detectado no documento de cobrança acarretará a devolução do mesmo à licitante vencedora, para correções e acertos, ou a cobrança das correções através de Parecer Técnico emitido pelo fiscal do contrato.

- 10.2. Os serviços contemplados neste Edital serão pagos pelos preços unitários propostos pela licitante, devidamente atestados pela fiscalização.

- 10.3. **Junto ao primeiro faturamento da prestação de serviços a contratada deverá apresentar o comprovante de cadastramento do contrato no Cadastro Específico do INSS – CEI, na forma do art. 19, II, c/c art. 47, X, da IN/SRF nº 971/2009.**

- 10.4. O pagamento referente a cada medição será efetuada após a conferência e atesto da fatura, o qual, também, está condicionada à comprovação e documentos abaixo relacionados:

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

- 10.4.1. Comprovação de recolhimento à Previdência Social, através da GPS – Guia de Previdência Social (Art. 31, da Lei 8.212, de 24/07/91); juntamente com o relatório SEFIP/GFIP contendo a relação dos funcionários identificados no Cadastro Específico do INSS – CEI, da obra objeto da presente licitação;
- 10.4.2. Comprovação dos recolhimentos do FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, mediante GRF – Guia de Recolhimento do FGTS, da obra objeto da presente licitação;
- 10.4.3. Comprovação de recolhimento do DAM – Documento de Arrecadação Municipal, ISS referente ao município em que está executando o serviço. Quando o serviço for realizado em município conveniado com a Secretaria do Tesouro Nacional, ocorrerá por parte da CODEVASF, a retenção do ISS, por intermédio do SIAFI.
- 10.4.3.1. Caso o município onde serão executados os serviços, não disponha de convênio com a Secretaria do Tesouro Nacional, para retenção do ISS, a Contratada deverá apresentar juntamente com a Nota Fiscal o formulário DAM – Documento de Arrecadação Municipal, correspondente ao valor do ISS da Nota Fiscal anteriormente apresentada, com a identificação do número da respectiva Nota Fiscal e alíquota incidente, com a devida comprovação de pagamento, conforme Lei Complementar nº. 116/2003.
- 10.5. Os recolhimentos das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social) serão os correspondentes ao mês da última competência vencida, sem prejuízo de eventual solicitação de comprovação do(s) recolhimento(s) correspondente(s) a competência(s) anterior(es), compatível com os empregados vinculados à execução contratual, nominalmente identificados, na forma do § 4º do Art. 31 da Lei nº 9.032, de 28 de abril de 1995.
- 10.5.1. No(s) mês(es) em que não houver Nota Fiscal ou Fatura, os recolhimentos das contribuições sociais citadas acima serão comprovados na Nota Fiscal ou Fatura seguinte a todo período não faturado.
- 10.6. A Nota Fiscal/Fatura deverá destacar:
 - 10.6.1. Base de cálculo, alíquota e o valor a ser retido do INSS, referente aos serviços realizados em atendimento à Lei 8.212/91, bem como a IN 971/09 – SRF;
 - 10.6.1.1. Não cumprida a exigência acima, a CODEVASF efetuará a retenção e recolhimento do percentual de 11% (onze por cento) sobre o valor bruto da nota fiscal/fatura de prestação de serviços, consoante o disposto no art. 31 da Lei nº 8.212, de 24/07/1991, c/c o art. 151, § único, da Instrução Normativa MPS/SRP nº 3, de 14 de julho de 2005.
 - 10.6.1.2. Base de cálculo, alíquota e o valor a ser retido do ISS, referente aos serviços realizados em atendimento à Lei Complementar 116/2003;
 - 10.6.1.3. O valor do IRPJ e demais contribuições incidentes, para fins de retenção na fonte, de acordo com a IN/SRF nº 1234/2012, ou informar a isenção, não incidência ou alíquota zero, e respectivo enquadramento legal, sob pena de retenção do imposto de renda e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem ou serviço.
- 10.7. Não constituem motivos de pagamento pela CODEVASF serviços em excesso, desnecessários à execução das obras e que forem realizados sem autorização prévia da Fiscalização. Não terá faturamento serviço algum que não se enquadre na forma de pagamento estabelecida neste Edital.
- 10.8. A fatura deverá vir acompanhada da documentação relativa à aprovação por parte da Fiscalização do serviço faturado, indicando a data da aprovação do evento, que será considerada como data final de adimplemento da obrigação, conforme estabelece o Art. 9º do Decreto 1.054, de 07 de fevereiro de 1994.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

- 10.9. O cronograma Físico-financeiro apresentado pela licitante deve atender as exigências deste Edital e ser entendido como primeira estimativa de evento dos serviços objeto desta licitação. Com base nesse cronograma de licitação, será ajustado um cronograma de execução de acordo com a programação física e financeira existente por ocasião da assinatura do contrato ou de outro documento hábil.
- 10.10. Os documentos de cobrança indicarão, obrigatoriamente, o número e a data de emissão da Nota de Empenho, emitida pela CODEVASF, e que cubram a execução dos serviços e fornecimentos.
- 10.11. É de inteira responsabilidade da licitante vencedora a entrega à CODEVASF dos documentos de cobrança acompanhados dos seus respectivos anexos de forma clara, objetiva e ordenada, que se não atendido, implica desconsideração pela CODEVASF dos prazos estabelecidos.
- 10.12. Eventual solicitação de reequilíbrio Econômico-Financeiro do contrato será analisada consoante os pressupostos da Teoria da Imprevisão, nos termos como dispõe o artigo 65, inciso II, alínea “d” da Lei nº 8.666/93.
- 10.13. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, após a assinatura do contrato, de comprovada repercussão nos preços contratuais, ensejará a revisão destes, para mais ou para menos, conforme o caso.
- 10.13.1. Ficam excluídos da hipótese referida no subitem anterior, tributos ou encargos legais que, por sua natureza jurídico tributária (impostos diretos e/ou pessoais) não reflitam diretamente nos preços do objeto contratual.
- 10.14. Será considerado em atraso, o pagamento efetuado após o prazo estabelecido no subitem 10.1.2, alínea “e”, caso em que a CODEVASF efetuará atualização financeira, aplicando-se a seguinte fórmula:
- AM = P x I**, onde:
- AM** = Atualização Monetária;
- P** = Valor da Parcela a ser paga; e
- I** = Percentual de atualização monetária, assim apurado:
- I** = $(1+im1/100)^{dx1/30} \times (1+im2/100)^{dx2/30} \times \dots \times (1+imn/100)^{dxn/30} - 1$, onde:
- i** = Variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA no mês “m”;
- d** = Número de dias em atraso no mês “m”;
- m** = Meses considerados para o cálculo da atualização monetária.
- 10.14.1. Não sendo conhecido o índice para o período, será utilizado no cálculo, o último índice conhecido.
- 10.14.2. Quando utilizar o último índice conhecido, o cálculo do valor ajustado será procedido tão logo seja publicado o índice definitivo correspondente ao período de atraso. Não caberá qualquer remuneração a título de correção monetária para pagamento decorrente do acerto de índice.
- 10.14.3. Nos cálculos deverão ser utilizadas 5 (cinco) casas decimais.
- 11. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
- 11.1. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na seguinte forma:

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

- 11.1.1. Nos caso de inadimplemento ou inexecução total do contrato, por culpa exclusiva da CONTRATADA, será cobrada multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato, independente de rescisão unilateral e demais sanções previstas em Lei;
- 11.1.2. Nos casos de inexecução parcial dos serviços, será cobrada multa de 5% (cinco por cento) do valor da parte não executada do contrato, sem prejuízo da responsabilidade civil e perdas das garantias contratuais;
- 11.1.3. Nos casos de mora ou atraso na execução, será cobrada multa 2% (dois por cento) incidentes sobre valor do serviço em atraso.
- 11.2. A multa a que alude este item não impede que a CODEVASF rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas na Lei nº 8.666/93.
- 11.3. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do respectivo contratado.
- 11.4. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela CODEVASF ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.
- 11.4.1. Antes da cobrança judicial, a contratada será convocada para complementação do seu valor, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data da convocação, a ser recolhido à 7ª Unidade Regional de Finanças – 7ª/UFN da CODEVASF, localizada na Sede da 7ª/SR da CODEVASF.
- 11.4.2. A utilização da garantia obriga a contratada a renová-la pelo prazo restante, caso o contrato continue vigente após a aplicação da penalidade.
- 11.5. Pela inexecução total ou parcial do contrato a CODEVASF poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:
- I - advertência;
- II - multa, na forma prevista no subitem 11.1;
- III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CODEVASF, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a CODEVASF pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.
- 11.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem 11.5 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
- 11.7. A sanção estabelecida no inciso IV do subitem 11.5 é de competência exclusiva do Ministro da Integração Nacional, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.
- 11.8. O fiscal instruirá o processo, com a análise dos fatos que ensejaram a indicação da penalidade, que será aplicada pelo 7ª Comitê de Gestão Executiva da Codevasf.
- 11.9. A aplicação das sanções previstas no item 11.5 faculta ao interessado a apresentação de defesa prévia, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

- 11.10. A manifestação da licitante/contratada será apreciada pelo 7ª Comitê de Gestão Executiva da Codevasf, que poderá relevar ou não a penalidade, com base no parecer técnico do fiscal.
- 11.11. Caso seja mantida a penalidade, caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis para a Diretoria Executiva da Codevasf. O recurso será dirigido a Diretoria Executiva da Codevasf, por intermédio do 7ª Comitê de Gestão Executiva da Codevasf, que poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado.
- 11.12. Nenhum prazo de recurso ou pedido de reconsideração se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vista franqueada ao interessado.
- 11.13. Da decisão da Diretoria Executiva da Codevasf não caberá recurso.
- 11.14. Em caso de relevação da multa, a CODEVASF se reserva o direito de cobrar perdas e danos porventura cabíveis em razão do inadimplemento de outras obrigações, não constituindo a relevação novação contratual nem desistência dos direitos que lhe forem assegurados.

12. GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 12.1. A contratada deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da CODEVASF, contado da emissão da ordem de serviço, comprovante de prestação de garantia para a completa execução das obrigações contratuais e da liquidação das multas convencionais, ficando estipulada uma "Garantia de Execução" no montante de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, podendo optar por caução em espécie, em Títulos da Dívida Pública da União, com cotação de mercado devidamente comprovada por documento hábil expedido pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários, Seguro Garantia, emitida por seguradora autorizada pela SUSEP, ou Fiança Bancária, emitida por banco autorizado pelo BACEN, a critério da contratada.
- 12.2. Quando se tratar de caução em títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda, na forma do Art. 56, inc. I, da Lei 8.666/93 (redação dada pela Lei nº 11.079, de 2004).
- 12.3. A garantia em espécie deverá ser depositada em instituição financeira oficial, credenciada pela CODEVASF, em conta remunerada que poderá ser movimentada somente por ordem da CODEVASF.
- 12.4. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de: (Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)
1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato; (Redação dada pela Instrução Normativa nº 4, de 19 de março de 2015);
 2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato; (Redação dada pela Instrução Normativa nº 4, de 19 de março de 2015);
 3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e (Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013);
 4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada, quando couber. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 4, de 19 de março de 2015).
- 12.5. Após 90 (noventa) dias da assinatura do Termo de Encerramento Definitivo do Contrato será devolvida a "Garantia de Execução", uma vez verificada a perfeita execução das obras/serviços e fornecimentos contratados.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

- 12.6. Não haverá qualquer restituição de garantia em caso de dissolução contratual, na forma do disposto na cláusula de rescisão, hipótese em que a garantia reverterá e será apropriada pela CODEVASF.
- 12.7. Por ocasião de eventuais aditamentos contratuais que promovam acréscimos ao valor contratado ou prorrogações de prazo contratual, a garantia prestada deverá ser reforçada e/ou renovada, de forma a manter a observância do disposto no caput desta cláusula, em compatibilidade com os novos valores e prazos pactuados.
- 13. ABERTURA DOS INVÓLUCROS**
- 13.1. Os invólucros de que trata o subitem 7.1 deste Edital serão recebidos em sessão pública, no local, dia e hora indicados no “preâmbulo” deste Edital, observado o disposto nos subitens 7.1.1 e 7.1.2 deste Edital.
- 13.2. Os trabalhos de recebimento dos invólucros, contendo a "Documentação" e a "Proposta Financeira", a realização da presente e o seu desenvolvimento, serão dirigidos pela titular da 7ª Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL ou seu substituto eventual, juntamente com a Comissão Técnica de Julgamento.
- 13.2.1. Após encerrado o prazo para recebimento dos envelopes, nenhum outro documento será recebido, nem serão permitidos quaisquer adendos, acréscimos ou esclarecimentos às propostas, salvo expressa solicitação da Comissão Técnica de Julgamento.
- 13.3. A Comissão Técnica de Julgamento, procederá à abertura dos invólucros n.º 01 (um) "Documentação", que em seguida os examinará, sendo suas folhas devidamente numeradas e rubricadas pela Comissão Técnica de Julgamento e, em seguida, submetidas ao exame e à rubrica das licitantes presentes. Transcorrido esse procedimento, a Comissão Técnica de Julgamento proclamará as licitantes habilitadas, e, se houver, as inhabilitadas.
- 13.3.1. Ocorrendo o desdobramento da sessão de habilitação, os envelopes contendo a referida Proposta Financeira ficarão sob a guarda e responsabilidade da 7ª Secretaria Regional de Licitações – 7ª/SL, devidamente lacrados e rubricados no fecho pelos seus membros e pelos representantes legais das licitantes presentes.
- 13.3.2. Após a abertura dos invólucros Documentação, os demais, contendo as Propostas Financeiras, serão abertos:
- a) Se houver renúncia registrada em ata ou formalizada por escrito de todas as licitantes ao direito de interposição de recurso; ou
 - b) Após transcorrido o prazo regulamentar, sem que tenha havido interposição de recurso; ou
 - c) Após dado a conhecer o deferimento ou indeferimento de recurso interposto.
- 13.4. Após a fase de habilitação não cabe desistência de proposta pela licitante, salvo motivo justo aceito pela Comissão Técnica de Julgamento, nos termos do art. 40, VI c/c art. 43, § 6º da Lei nº 8.666/93.
- 13.5. A inhabilitação da licitante importa preclusão do seu direito de participar da fase subsequente.
- 13.6. Ultrapassada a fase de habilitação das licitantes e abertos os envelopes Proposta, não caberá desclassificá-las por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.
- 13.7. Na mesma sessão ou em data para esse fim especialmente designada, da qual se dará ciência a todas as licitantes, realizará a Comissão Técnica de Julgamento a abertura dos Invólucros n.º 02 – "Proposta Financeira", das licitantes habilitadas, ocasião em que serão juntadas ao respectivo

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

- processo, sendo suas folhas devidamente numeradas e rubricadas pela Comissão Técnica de Julgamento e, em seguida, submetidas ao exame e à rubrica das licitantes presentes.
- 13.8. Caso seja necessária a suspensão da reunião para análise da documentação ou realização de diligências ou consultas, o resultado da habilitação ou julgamento das propostas dar-se-á em sessão convocada em data marcada e registrada na ata da sessão, respeitada a condição estabelecida no subitem abaixo.
- 13.9. Quando presentes os prepostos de todas as licitantes no ato em que foi adotada a decisão, seja de habilitação ou de julgamento das propostas, será feita a comunicação direta aos interessados e lavrada em ata tal feito, caso contrário, será comunicada às licitantes interessadas através de publicação no Diário Oficial da União e nos sites www.codevasf.gov.br e www.comprasgovernamentais.gov.br.
- 13.10. As aberturas dos invólucros Documentação e Proposta de Financeira serão realizadas em sessão pública, da qual lavrar-se-á ata circunstanciada, assinada pelos membros da Comissão Técnica de Julgamento, consignando, se for o caso, os registros efetuados pelos representantes legais das licitantes presentes.
- 13.11. É facultada à Comissão Técnica de Julgamento ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão de documentos que deveriam constar originariamente da proposta.
- 13.12. Toda a documentação e propostas das licitantes constituirão peças do processo de que trata este Edital.
- 13.13. A Comissão Técnica de Julgamento poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da CODEVASF ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.
- 13.14. Quando todas as licitantes forem inabilitadas ou todas as propostas desclassificadas a CODEVASF poderá fixar às licitantes o prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de nova documentação ou propostas, escoimadas das causas da inabilitação ou desclassificação, conforme prevê o Art. 48, § 3º, da lei nº 8.666/93.
- 13.15. A homologação do resultado visando a adjudicação das obras/serviços à licitante vencedora do certame será efetuada pelo 7ª Comitê de Gestão Executiva da Codevasf com base no relatório emitido pela Comissão Técnica de Julgamento designada para este fim, observadas as condições constantes do Edital e seus Anexos.
- 13.16. A CODEVASF procederá verificação junto ao sítio www.portaldatransparencia.gov.br no intuito de verificar a inexistência de impedimento da empresa participante em licitar e contratar com a Administração Pública e por improbidade administrativa no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do CNJ, http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php.
- 14. EXAME E JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS**
- 14.1. A Comissão Técnica de Julgamento composta de, no mínimo 3 (três) membros, procederá ao exame e ao julgamento da "Documentação" e da "Proposta Financeira" e elaborará relatórios de suas conclusões, onde exporá as razões que as determinaram, detalhes ou incidentes ocorridos e providências tomadas.
- 14.2. **Julgamento da “Documentação – Invólucro n.º 1”**
- 14.2.1. O julgamento da “Documentação” será realizado segundo as informações constantes do subitem 7.2 deste Edital, sendo considerada inabilitada a licitante que deixar de apresentar quaisquer dos

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

documentos em conformidade com as exigências estabelecidas neste Edital ou com irregularidades, não sendo admitido complementação posterior.

- 14.2.2. A regularidade do cadastramento e da habilitação parcial da licitante no SICAF ou na CODEVASF será confirmada por meio de consulta *on line* quando da abertura dos envelopes Documentação, mediante a exibição do pertinente CRC ou DECLARAÇÃO, de que trata o subitem 7.2.2.1. deste Edital.
- 14.2.2.1. Será consultado junto ao SICAF ou CODEVASF a Habilitação Jurídica (art. 28 da Lei 8.666/93), Regularidade Fiscal (art. 29 da Lei 8.666/93, para os incisos III e IV deste dispositivo, mediante certidão negativa de débitos com validade em vigor), e Qualificação Econômico-Financeira (incisos I e II, mediante certidão negativa com validade em vigor, do art. 31 da Lei 8.666/93).
- 14.2.3. Procedida a consulta, serão impressas declarações demonstrativas da situação de cada licitante, declarações essas que deverão ser assinadas pelos membros da Comissão e por todos os representantes legais das licitantes presentes e também juntadas aos autos do processo licitatório.
- 14.2.4. Havendo irregularidade no cadastramento no SICAF ou na CODEVASF, a licitante será inabilitada, **respeitada a condição estabelecida no subitem 7.2.2.1.1. deste Edital**. Também será inabilitada a licitante que não esteja cadastrada no SICAF ou na CODEVASF, nos termos desta Tomada de Preços.
- 14.2.4.1. No caso de a licitante ser inabilitada por conta de irregularidade constatada quando da consulta no SICAF, e comprovar, exclusivamente, mediante apresentação do formulário de Recibo de Solicitação de Serviço - RSS, a entrega da documentação à sua Unidade Cadastradora, no prazo regulamentar, o responsável pela licitação suspenderá os trabalhos para proceder diligência, na forma estabelecida no § 3º do art. 43 da Lei nº 8.666, de 1993 (art. 37 da IN nº 02/2010 - SLTI/MPOG).
- 14.2.5. A boa situação financeira, conforme o art. 31, I, da Lei 8.666/93, será confirmada consoante os critérios de análise econômico-financeira do SICAF, constante no art. 43, V, da IN nº 2/2010, em que é comprovada na hipótese de a licitante dispor Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) igual ou superiores a 1 (um).
- 14.2.6. Em se tratando das microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas, a comprovação de regularidade fiscal somente será exigida para efeito de assinatura do contrato. Contudo, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição. (Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006).
- 14.2.6.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Codevasf, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa (art. 43, § 1º, da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006).
- 14.2.6.2. A não-regularização da documentação dentro do prazo previsto no subitem acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 das Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à CODEVASF convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.
- 14.3. **Julgamento das “Propostas Financeiras – invólucro n.º 2”**
- 14.3.1. As “Propostas Financeiras” - Invólucro n.º 2 das licitantes habilitadas serão abertas em dia e hora previamente marcados e comunicado às licitantes, caso não se aplique o disposto na alínea “a”, subitem 13.3.2 deste Edital.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

- 14.3.2. Em caso de divergência entre as informações contidas na documentação impressa e na proposta específica, prevalecerão aquelas contidas na proposta.
- 14.3.3. A Comissão Técnica de Julgamento examinará as propostas para determinar se as mesmas estão completas, se houve erros de cálculos, e se todos os documentos foram devidamente assinados, e se todas as propostas estão, de maneira geral, de acordo com as exigências dos documentos de licitação.
- 14.3.4. Erros aritméticos serão retificados desde que não importem em acréscimo do preço fixado no Termo de Proposta, que exige a apresentação de propostas firmes e valiosas:
- a) se houver discrepância entre o preço unitário e o preço total, o qual é obtido pela multiplicação do preço unitário pela quantidade, o preço unitário prevalecerá, e o preço total será corrigido;
 - b) se houver discrepância entre os valores numéricos e seus componentes por extenso, prevalecerão os valores descritos por extenso.
- 14.3.5. Erros ou distorções em qualquer preço ou componente de preço, que impliquem em acréscimo do preço fixado no Termo de Proposta não serão considerados.
- 14.3.5.1. Ocorrendo a hipótese prevista no subitem 14.3.4 a licitante deverá honrar o preço fixado no Termo de Proposta, sob pena de desclassificação.
- 14.3.6. A Comissão Técnica de Julgamento poderá desprezar qualquer informalidade, discrepância, ou irregularidade de menor importância de uma proposta, desde que não se verifique na mesma, desvios materiais e desde que, também não se prejudique ou afete a classificação das demais licitantes.
- 14.3.7. Após análise das propostas, serão desclassificadas, com base no artigo 48, incisos I e II da Lei nº 8.666/93, as propostas que:
- a) Apresentarem preço unitário e/ou global superiores aos valores máximos constantes das Planilha de Orçamento dos Serviços, Anexo II;
 - b) Apresentarem preços globais manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não demonstrem sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto deste edital;
 - c) Apresentar preços ou quaisquer ofertas de vantagens não previstas neste Edital;
 - d) Que não atenda às exigências contidas no ato convocatório, conforme art. 40, VII c/c art. 48 I da Lei 8.666/93;
 - e) Com preços baseados em cotações de outra licitante, conforme art. 40, VII, c/c art. 44, § 2º da Lei 8.666/93.
- 14.3.8. Consideram-se manifestamente inexequíveis as propostas cujos valores seja inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:
- a) - Média Aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela CODEVASF, ou
 - b) - Valor orçado pela CODEVASF.
- 14.3.8.1. Das licitantes classificadas na forma das alíneas “a” e “b” do subitem 14.3.8 acima, cujo valor global da proposta for inferior a 80% (oitenta por cento) do menor valor a que se referem as alíneas “a” e “b” acima, será exigida, para a assinatura do contrato, prestação de garantia

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

adicional, dentre as modalidades previstas no § 1º, do Art. 56, da Lei 8.666/93, igual à diferença entre o valor resultante do subitem anterior e o valor da correspondente proposta.

- 14.3.9. Não se admitirá proposta que apresentar preços global ou unitário simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que esta Tomada de Preços não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 14.3.10. Qualquer tentativa de uma licitante em influenciar a Comissão de Julgamento ou à CODEVASF quanto ao processo em exame, avaliação, e comparação das propostas e na tomada de decisão para a adjudicação do objeto desta licitação, resultará na rejeição de sua proposta.
- 14.3.11. No caso de empate entre duas ou mais propostas, sem a preferência para microempresas, empresas de pequeno porte ou sociedades cooperativas, o desempate será mediante sorteio em ato público, para o qual todas as licitantes empatadas serão convocadas.
- 14.4. Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte ou sociedades cooperativas. (Art. 44 da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006);
- 14.4.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas, empresas de pequeno porte ou sociedades cooperativas sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta melhor classificada;
- 14.4.2. Para efeito do disposto no subitem 14.4 deste Edital (Art. 45 da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006), ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:
- a) A microempresas, empresas de pequeno porte ou sociedades cooperativas melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.
 - b) Não ocorrendo a contratação das microempresas, empresas de pequeno porte ou sociedades cooperativas, na forma da alínea “a” acima, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do § 1.º do art. 44 da Lei Complementar n.º 123 supra mencionada, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.
 - c) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte ou sociedades cooperativas que se encontrem no intervalo estabelecido no § 1.º do art. 44 da Lei Complementar n.º 123 retro mencionada, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 14.4.3. Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem 14.4.1 acima, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;
- 14.4.4. A condição prevista no subitem 14.4.2 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresas, empresas de pequeno porte ou sociedades cooperativas.
- 14.5. Será considerada vencedora a licitante habilitada que apresentar o **MENOR PREÇO** para execução das obras/serviços objeto deste Edital, observado o disposto no subitem 14.3.7 a 14.3.10, desde **que a sua proposta respeite os valores máximos unitários e global orçados pelo Codevasf.**

15. RECURSOS ADMINISTRATIVOS

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

- 15.1. Caberá recurso administrativo das decisões emanadas da Comissão Técnica de Julgamento, em quaisquer das fases da presente licitação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data da divulgação da decisão.
- 15.2. O recurso deverá ser apresentado no protocolo da CODEVASF no horário de 8 (oito) às 12 (doze) horas e das 13:30 (treze e trinta) às 17:30 (dezesete e trinta) horas, de segunda a sexta-feira.
- 15.3. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da Comissão Técnica de Julgamento, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.
- 15.4. Interposto, o recurso será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
- 15.5. O recurso, nos casos de habilitação ou inabilitação da licitante e julgamento das propostas, tem efeito suspensivo.
- 15.6. Somente serão considerados os recursos devidamente fundamentados que estiverem dentro do prazo estabelecido no subitem 15.1.
- 15.7. Recursos encaminhados via fax só terão eficácia se o original for entregue na CODEVASF, necessariamente, até 5 (cinco) dias da data do término do prazo recursal.
- 15.8. As representações, quando não caiba recurso, deve ser interposta no prazo de cinco dias úteis da intimação da decisão.

16. CONVOCAÇÃO E ASSINATURA DO CONTRATO

- 16.1. A licitante vencedora deverá assinar o contrato na 7ª Assessoria Jurídica da CODEVASF-7ª/AJ, no endereço indicado no preâmbulo deste Edital, no prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data da convocação.
- 16.1.1. Na impossibilidade do comparecimento na cidade de Teresina (PI), a empresa contratada deverá entrar em contato com a Assessoria Jurídica (7ª/AJ), a fim de que se verifique a possibilidade de assinatura nas demais unidades desta empresa pública federal, localizadas em Brasília (DF), Montes Claros (MG), Bom Jesus da Lapa (BA), Petrolina (PE), Aracaju (SE), Penedo (AL), Juazeiro (BA), São Luís (MA), Recife (PE) ou Salvador (BA).
- 16.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela parte adjudicada, durante o transcurso do prazo especificado no subitem 17.1, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela CODEVASF.
- 16.3. A CODEVASF providenciará a publicação do extrato do instrumento de Contrato na Imprensa Oficial, nos termos do parágrafo único do artigo 61 da Lei n.º 8.666/93.
- 16.4. Na hipótese do não comparecimento da licitante vencedora para a assinatura do Contrato no prazo estipulado ou em caso de recusa por parte desta, a CODEVASF convocará as que seguirem, por ordem de classificação, para fazê-lo em igual preço e prazo e nas mesmas condições propostas pela 1ª classificada.
- 16.5. Além das medidas legais cabíveis, a licitante vencedora desistente da assinatura do contrato será declarada suspensa de participar de licitações na CODEVASF por 2 (dois) anos, o que será publicado no Diário Oficial da União.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

17. FISCALIZAÇÃO

- 17.1. A coordenação do contrato, bem como a Fiscalização da execução dos serviços será realizada pela CODEVASF, por técnicos designados na forma do Art. 67, da Lei 8.666/93.
- 17.2. A Fiscalização dos serviços será feita diretamente pelo Fiscal do contrato formalmente designado na forma do Art. 67, da Lei nº 8.666/93, a quem compete verificar se a licitante vencedora está executando os trabalhos, observando o contrato e os documentos que o integram
- 17.3. O Fiscal do contrato terá livre acesso à toda a documentação relativa aos serviços contratados, inclusive ficha ou livro de registro de empregado, ou qualquer outra documentação referente à contratação de pessoal pela licitante vencedora, a fim de comprovar a efetivação dos salários apresentados na proposta.
- 17.4. A Fiscalização exigirá para comprovação dos pagamentos dos salários dos engenheiros e administrativo, os comprovantes de depósito dos salários em conta bancária de cada um, não sendo aceitos recibos. Para comprovação dos itens referentes a hospedagem e alimentação dos engenheiros de apoio e coordenador serão aceitos recibos em papel timbrado, assinados por cada engenheiro, contendo as datas de saída e chegada em cada Município visitado.
- 17.5. A Fiscalização deverá verificar, no decorrer da execução do contrato, se a licitante vencedora mantém, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comprovada mediante consulta ao SICAF, CADIN ou certidões comprobatórias
- 17.6. A Fiscalização terá poderes para agir e decidir perante a Contratada, inclusive rejeitando serviços que estiverem em desacordo com o Contrato, com as Normas Técnicas da ABNT e com a melhor técnica consagrada pelo uso, obrigando-se desde já a Contratada a assegurar e facilitar o acesso da Fiscalização, aos serviços, e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.
- 17.7. A Fiscalização terá plenos poderes para sustar qualquer serviço que não esteja sendo executado dentro dos termos do Contrato, dando conhecimento do fato à 7ª Superintendência Regional da CODEVASF.
- 17.8. Cabe à Fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais haja sido estipulada qualquer penalidade contratual. A Fiscalização informará ao setor competente quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e em caso de multa, a indicação do seu valor.
- 17.9. Das decisões da Fiscalização, poderá a Contratada recorrer à autoridade competente, responsável pelo acompanhamento do contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da respectiva comunicação. Os recursos relativos a multas serão feitos na forma prevista na respectiva cláusula.
- 17.10. A ação e/ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização não eximirá a Contratada da integral responsabilidade pela execução do objeto deste contrato.

18. OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA

- 18.1. A contratada deverá disponibilizar em seu escritório toda a infraestrutura necessária ao desempenho das atividades do contrato de apoio à fiscalização para os engenheiros de apoio e coordenador, como mesas, cadeiras, computadores com periféricos, hardware atual e software adequado ao acompanhamento dos empreendimentos, internet e materiais de escritório necessários à operação dos equipamentos e desempenho das atividades pelo período correspondente ao da execução dos serviços.
- 18.2. Deverão ser disponibilizados para os engenheiros de Apoio, caso necessário, devendo ser previamente autorizado pela Codevasf, ou quando solicitado pela própria Codevasf, com vistas ao atendimento das necessidades dos serviços, técnicos de apoio, tais como topógrafos,

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

- laboratoristas e técnicos em eletricidade, para levantamento de dados para que os engenheiros de Apoio e Coordenador elaborem seus relatórios com maior segurança das informações relatadas.
- 18.3. Todas as despesas com pessoal de apoio, deverão estar contempladas na proposta no preço estabelecido para a Equipe de Apoio.
- 18.4. Deverá ser disponibilizado para os engenheiros de Apoio e engenheiro Coordenador um veículo tipo 4 x 4 para cada um dos engenheiros, em estado de novo, de no máximo dois anos de fabricação, de cor branca, com os dizeres conforme especificação da CODEVASF.
- 18.4.1. Ficará a contratada responsável pela cobertura das despesas com combustível e serviços gerais de manutenção dos veículos previstos no item 19.4 acima, durante todo o período de execução dos serviços, sendo que os custos das despesas previstas deverão estar incluídos nos itens: “Carro para Engenheiro de Apoio com Combustível” e “Carro para Engenheiro Coordenador e de Apoio com combustível”.
- 18.5. Apresentar os currículos para aprovação dos engenheiros de Apoio para apoiar no acompanhamento das obras e início dos serviços. Caso a CODEVASF não aceite o profissional em qualquer momento dos serviços a empresa terá 72 horas para apresentar o currículo do profissional substituto.
- 18.6. Deverá ser disponibilizado para cada um dos engenheiros de Apoio e para o Coordenador, todos os equipamentos necessários ao desenvolvimento das atividades de apoio à fiscalização, tais como: computadores portáteis com periféricos, impressoras, máquinas fotográficas e Receptores GPS de navegação portátil, sendo que ao final do contrato os equipamentos serão devolvidos à contratada.
- 18.7. Assumir a inteira responsabilidade pelo transporte interno e externo do pessoal e dos insumos até o local dos serviços através do custo mensal para veículos.
- 18.8. Utilização de pessoal experiente, bem como equipamentos, ferramentas e instrumentos adequados para a boa execução dos serviços.
- 18.9. Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos causados às estruturas, construções, instalações elétricas, cercas, equipamentos, etc., bem como por aqueles que vier causar à CODEVASF e a terceiros, existentes no local ou decorrentes da execução dos serviços objeto desta licitação.
- 18.10. Responsabilizar-se pelo fornecimento de toda a mão de obra, sem qualquer vinculação empregatícia com a CODEVASF, bem como de todo o material necessário à execução dos serviços objeto do contrato.
- 18.11. Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação tributária, trabalhista, securitária, previdenciária, e quaisquer encargos que incidam sobre os materiais e equipamentos, os quais, exclusivamente, correrão por sua conta, inclusive o registro do serviço contratado junto ao CREA do local de execução dos serviços.
- 18.12. Deverá ser registrada junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Piauí, Maranhão ou Ceará, a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART referente ao serviço de apoio no acompanhamento e fiscalização dos instrumentos (convênio e contratos) no âmbito e sob a gestão da 7ª SR da Codevasf.
- 18.13. A empresa contratada para os serviços de apoio à fiscalização será responsável pelos serviços executados conforme a legislação vigente.
- 18.14. Todos os serviços licitados devem atender às recomendações da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT (Lei n.º 4.150 de 21.11.62), no que couber e, principalmente no que diz respeito aos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

19. RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS SERVIÇOS

- 19.1. Concluídos os serviços, a licitante vencedora solicitará à CODEVASF, através da Fiscalização, o seu recebimento provisório que deverá ocorrer no prazo de 15 (quinze) dias da data da solicitação.
- 19.2. A CODEVASF terá até 90 (noventa) dias para, através da Fiscalização, verificar a adequação das obras/serviços e fornecimentos recebidos com as condições contratadas, emitirem parecer conclusivo e, no caso de projeto, aprovação da autoridade competente.
- 19.3. Na hipótese da necessidade de correção, será estabelecido um prazo para que a licitante vencedora, às suas expensas, complemente, refaça ou substitua os serviços rejeitados. Aceito e aprovado o objeto deste Edital, a CODEVASF emitirá o Termo de Recebimento Definitivo dos serviços e Fornecimentos que deverá ser assinado por representante autorizado da licitante vencedora, possibilitando a liberação da garantia contratual.
- 19.4. O Termo de Encerramento Físico do contrato está condicionado à emissão de Laudo Técnico pela CODEVASF sobre todos os serviços executados.
- 19.5. A última fatura somente será encaminhada para pagamento após emissão do Termo de Encerramento Físico do Contrato, que deverá ser anexado ao processo de liberação e pagamento.

20. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

- 20.1. A CODEVASF, junto com a licitante vencedora, irá determinar a distribuição dos empreendimentos para apoio à fiscalização com o número de engenheiros de Apoio conforme planilha estimativa de custos.
- 20.2. A CODEVASF, junto com a licitante vencedora, buscará manter um número médio de 25 (vinte e cinco) empreendimentos acompanhados por cada engenheiro de Apoio, podendo chegar ao máximo de 30 (trinta).
- 20.3. A designação dos empreendimentos aos engenheiros de Apoio, sobre as quais terão a responsabilidade de prestar serviços de apoio à fiscalização destes, observará as condições de deslocamento entre as cidades, com o tempo distribuído e apropriado segundo o porte e complexidade das mesmas.
- 20.4. Os profissionais da Equipe de Apoio serão utilizados quando solicitados pela Codevasf ou pela contratada com aprovação da Fiscalização da CODEVASF.
- 20.5. A celebração do contrato estará condicionada à apresentação da Equipe Técnica pela licitante vencedora, composta em conformidade com a descrição a seguir:

Profissional	Nível	Qtde.	Experiência
Eng. Coordenador e de Apoio	P2	1	Engenheiro Agrônomo com no mínimo 8 (oito) anos de formado e detentor dos atestados de que trata o item 11.4.9.
Eng. Civil de Apoio	P3	3	Engenheiro Civil com no mínimo 4 (quatro) anos de formado que tenha acompanhado/fiscalizado ou executado alguma (s) das obras de que trata o item 11.4.8.

- 20.6. O número de engenheiros de Apoio previsto na Planilha Estimativa de Custos (Anexo II) será mobilizado no primeiro mês da assinatura do contrato.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

- 20.7. O técnico de apoio previsto na equipe de apoio será solicitado quando necessário, desde que autorizado pela Codevasf, ou a pedido da Codevasf.

21. VALOR ESTIMADO E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 21.1. Os serviços objeto deste Edital estão orçados pela CODEVASF em **R\$ 732.216,63 (setecentos e trinta e dois mil, duzentos e dezesseis reais e sessenta e três centavos)**, a preços de outubro/2017.
- 21.2. As despesas decorrentes desta licitação correrão à conta dos Programas de Trabalho: 15.244.2029.7K66.0022 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado – No Estado do Piauí, PTRES 130992, 130969, 131011, 131057, 130994, 130959, 131033, 130956, 131049, 131050 e 131051; 18.544.2069.12QC.0022 – Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água - No Estado do Piauí, PTRES 130993 e 130957; 18.544.2084.1851.0022 – Implantação de Obras de Infraestrutura Hídrica – No Estado do Piauí, PTRES 131056, 131028 e 131052; 15.244.2029.7K66.7196 – Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável – Conclusão da Construção de Balneário no Município de São João da Serra – PI, PTRES 130955; 18.544.2084.109J.7000 – Construção de Adutoras – Construção do Sistema Adutor de Pedra Redonda - PI, PTRES 112904; 15.244.2029.7K66.0023 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado – No Estado do Ceará, PTRES 130976 e 131047; e 15.244.2029.7K66.0001 – Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado – Nacional, PTRES 130954 e 136961;

22. CONDIÇÕES GERAIS

- 22.1. A Minuta de Contrato (Anexo V) regulamenta as condições de pagamento, reajustamento, responsabilidade, multas, e encerramento físico e financeiro do Contrato.
- 22.2. Devem ser registradas, por meio de Termo Aditivo, eventuais alterações que ocorrerem durante a execução do presente contrato, especialmente os referentes a serviços extras. Serviços extras não contemplados na planilha de preços da licitante vencedora deverão ter seus preços fixados mediante prévio acordo. Ambas as hipóteses deverão ser previamente autorizadas/aprovadas pela autoridade competente.
- 22.3. A substituição dos profissionais no início ou no decorrer dos serviços, somente se dará nos casos supervenientes, caso fortuito ou de força maior, devendo ser substituído por profissional de perfil técnico equivalente ou superior, mediante prévia autorização da CODEVASF.
- 22.4. Todos os serviços licitados devem atender às recomendações da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT (Lei n.º 4.150 de 21.11.62), no que couber, principalmente no que diz respeito aos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança.
- 22.5. Fica assegurado aos técnicos da CODEVASF o direito de acompanhar, fiscalizar e participar, total ou parcialmente, diretamente ou através de terceiros, da execução dos serviços prestados pela contratada, com livre acesso ao local de trabalho para obtenção de quaisquer esclarecimentos julgados necessários à execução dos serviços.
- 22.6. A CODEVASF poderá revogar a licitação quando nenhuma das propostas satisfizer o objetivo da mesma, ou anulá-la quando for evidente que tenha havido falta de competição e/ou quando caracterizado indício de colusão.
- 22.6.1. A CODEVASF poderá, ainda, revogar a licitação por razão de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente, e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício, ou por provocação de terceiros, mediante parecer isento e devidamente fundamentado.
- 22.7. Responsabiliza-se a contratada por quaisquer ônus decorrentes de danos a que vier causar a CODEVASF e a terceiros, em decorrência da execução do contrato;

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

- 22.8. A licitante será responsável por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação tributária, trabalhista, securitária, previdenciária, e quaisquer encargos que incidam sobre os materiais e equipamentos, os quais, exclusivamente correrão por sua conta, inclusive o registro dos serviços contratados junto ao CREA do Estado onde os serviços serão executados. A publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da União, no prazo de 20 (vinte) dias após a sua assinatura, será de responsabilidade do Contratante;
- 22.9. A licitante que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações
- 22.10. Fica garantido à CODEVASF, desde que justificado, o direito de, a qualquer tempo, desistir da celebração do contrato, ou optar pela revogação da licitação, no todo ou anulá-la em parte.
- 22.11. O contrato a ser assinado com a licitante vencedora disciplinará os casos em que ocorrerá a sua rescisão, com a consequente perda da caução e, a juízo da CODEVASF, o alijamento da licitante vencedora para com ela transacionar, independente de ação ou interpelação judicial cabível.
- 22.12. A licitante será responsável por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação tributária, trabalhista, securitária, previdenciária, e quaisquer encargos que incidam sobre os materiais e equipamentos, os quais, exclusivamente correrão por sua conta, inclusive o registro do serviço contratado junto ao CREA do Estado onde a obra está sendo executada.
- 22.13. O presente Edital e seus elementos constitutivos são de propriedade da CODEVASF. Os referidos documentos não poderão ser adulterados, devendo ser utilizados única e exclusivamente para fins de elaboração das propostas, assegurados os direitos autorais. A utilização dos referidos documentos por terceiros só se realizará no caso em que venha a ser expressamente autorizado pela CODEVASF.
- 22.14. Este Edital e seus Anexos farão parte integrante do Contrato a ser firmado com a licitante vencedora, independentemente de transcrições.
- 22.15. Quaisquer dúvidas quanto aos procedimentos para execução de determinado serviço deverão ser esclarecidas junto à Gerência Regional de Infraestrutura da 7ª Superintendência Regional da CODEVASF. O serviço que venha a ser condenado pela Fiscalização deverá ser refeito pela Contratada, sem quaisquer ônus adicionais para a Contratante
- 22.16. O Foro da Justiça Federal da Seção Judiciária do Estado do Piauí, com sede em Teresina, será competente para dirimir questões oriundas da presente convocação, renunciando as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Teresina-PI, 01 de novembro de 2017.

FÁBIO ANDRÉ FREIRE MIRANDA
Superintendente Regional
CODEVASF-7ªSR

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

ANEXO I
ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS
(GRAVADO EM ARQUIVO SEPARADO)

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

ANEXO II
PLANILHA DE ORÇAMENTAÇÃO DOS SERVIÇOS
(GRAVADO EM ARQUIVO SEPARADO)

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

ANEXO III

TERMO DA PROPOSTA

DADOS DO PROPONENTE

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

FONE/FAX:

À

CODEVASF

SGA/Norte, Quadra 601, Conjunto I

CEP 70.830.901 – Brasília-DF.

Prezados Senhores,

Tendo examinado o Edital n.º 17/2017 e seus elementos técnicos constitutivos, nós, abaixo-assinados, oferecemos proposta para Execução dos serviços de apoio à fiscalização e supervisão técnica de convênios e contratos no âmbito e sob a gestão da 7ª Superintendência Regional da CODEVASF, pelo valor global de R\$ _____, ____ (**VALOR TOTAL POR EXTENSO, EM REAIS**), de acordo com a planilha de preços, que é parte integrante desta proposta.

Comprometendo-nos, se nossa proposta for aceita, a executar os serviços no prazo fixado no Edital e conforme Especificações Técnicas, a contar da data da assinatura do contrato. Caso nossa proposta seja aceita, obteremos garantia de um Banco num valor que não exceda 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, para a realização do contrato.

Comprometendo-nos, se nossa proposta for aceita, a realizar o serviço no prazo de ____ (____) _____, a contar da data de assinatura do Contrato.

Concordamos em manter a validade desta proposta por um período de 60 (sessenta) dias desde a data fixada para abertura das propostas, ou seja, __/__/__, representando um compromisso que pode ser aceito a qualquer tempo antes da expiração do prazo.

Até que seja preparado e assinado um contrato formal, esta proposta será considerada um contrato de obrigação entre as partes.

Na oportunidade, credenciamos junto à CODEVASF o Sr. _____, carteira de Identidade nº _____, Órgão Expedidor _____, ao qual outorgamos os mais amplos poderes inclusive para interpor recursos, quando cabíveis transigir, desistir, assinar atas e documentos e, enfim, praticar os demais atos no presente processo licitatório.

Declaramos que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa.

Declaramos, ainda, nossa plena concordância com as condições constantes no presente Edital e seus Anexos e que nos preços propostos estão inclusos todos os tributos incidentes sobre os serviços e fornecimentos.

Atenciosamente,

FIRMA LICITANTE/CNPJ

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

ANEXO IV
MODELOS DE DECLARAÇÕES

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

ANEXO IV-A

A Licitante _____, CNPJ/MF nº _____, por seu representante legal abaixo assinado, declara, sob as penalidades da lei, que até a presente data, **NÃO EXISTE FATO QUE INVALIDE O SICAF**, ora apresentado para fins de habilitação na presente licitação (Art. 32, § 2º, Lei 8.666/93) e declara também sob as penas da Lei que não foi declarada inidônea por qualquer **ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, em qualquer de suas esferas, Federal, Estadual, Municipal e no Distrito Federal, e de que não está impedida de licitar e contratar com a CODEVASF (Art. 87 Inciso IV da Lei 8.666/93), declara ainda, encontrar-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.

Cidade, data

assinatura do representante legal

Nome: _____

Função: _____

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

ANEXO IV-B

A Licitante _____, CNPJ/MF nº _____, por seu representante legal abaixo assinado, declara, sob as penalidades da lei, que até a presente data, INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE que impeça a sua habilitação, prevista no § 2º do Art. 32 da Lei nº 8.666/93, de que não foi declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Pública.

Cidade, data

assinatura do representante legal

Nome: _____

Função: _____

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

ANEXO IV-C
DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA
TOMADA DE PREÇOS Nº 17/2017-7ª/SR

Declaramos, sob as penalidade da lei, que visitamos o local onde serão executados os serviços e de que temos pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizaremos para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com a CODEVASF.

Assinatura

Nome: _____

Função: _____

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

ANEXO IV-D

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

TOMADA DE PREÇOS Nº 17/2017-7ª/SR

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de **(Identificação completa da licitante)** doravante denominado Licitante, para fins do disposto no subitem 4.2 da Tomada de Preços nº 17/2017-7ª/SR, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) proposta apresentada para participar da Tomada de Preços nº 17/2017-7ª/SR foi elaborada de maneira independente pelo Licitante, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da Tomada de Preços nº 17/2017-7ª/SR, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da Tomada de Preços 17/2017-7ª/SR não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da Tomada de Preços nº 17/2017-7ª/SR, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da Tomada de Preços nº 17/2017-7ª/SR quanto a participar ou não da referida licitação;
- d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da Tomada de Preços nº 17/2017-7ª/SR antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da Tomada de Preços nº 17/2017-7ª/SR não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da CODEVASF antes da abertura oficial das propostas; e
- f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

_____, em ____ de _____ de 2017

(representante legal do licitante, no âmbito da licitação)

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

ANEXO V
MINUTA DO CONTRATO
(GRAVADO EM ARQUIVO SEPARADO)

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

ANEXO VI
QUADROS COMPLEMENTARES
(GRAVADO EM ARQUIVO SEPARADO)

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

ANEXO VII
RELAÇÃO DE MUNICÍPIOS
(GRAVADO EM ARQUIVO SEPARADO)

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
7ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

ANEXO VIII
GUIA DE RETIRADA DE EDITAL

	GUIA DE RETIRADA	TOMADA DE PREÇOS Edital n.º 17/2017-7ª/SR
OBJETO: EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE APOIO À FISCALIZAÇÃO E SUPERVISÃO TÉCNICA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS NO ÂMBITO E SOB A GESTÃO DA 7ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA CODEVASF.		
Documentos Constitutivos		
ANEXO I - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS; ANEXO II – PLANILHA DE ORÇAMENTAÇÃO DOS SERVIÇOS; ANEXO III - TERMO DE PROPOSTA; ANEXO IV - MODELOS DE DECLARAÇÕES; ANEXO V - MINUTA DO CONTRATO; ANEXO VI – MODELOS DE QUADROS; ANEXO VII – RALAÇÃO DE MUNICÍPIOS e ANEXO VIII - GUIA DE RETIRADA DE EDITAL.		
Dados para correspondência informados pela licitante		
EMPRESA:		
ENDEREÇO:		
CIDADE:		CEP:
TELEFONE:		FAX:
CNPJ:	E-mail:	
Confirmo as informações constantes desta Guia e declaro ter recebido o Edital. Pela licitante: <div style="border-top: 1px solid black; width: 300px; margin-left: 0;"></div> <div style="display: flex; justify-content: space-between; margin-top: 10px;"> Assinatura D A T A: ____/____/ 2017 </div>		